



PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBOLA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: TRAJETÓRIA, LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL

Franley de Souza Santana¹

RESUMO

A pesquisa relata a trajetória do Cursinho Pré Vestibular Quilombola de Vitória da Conquista através da análise dos limites e possibilidades de uma política pública que atue na promoção da igualdade racial. O Território Sudoeste da Bahia possui 54 comunidades quilombolas e somente 400 jovens buscam o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outros vestibulares anualmente, sendo muitos prejudicados por não conseguirem concluir o ensino médio. O Pré Vestibular Quilombola atende jovens negros e quilombolas residentes nas comunidades pertencentes ao Território e já possibilitou mais de 400 aprovações em mais de 33 cursos dentre alguns concorridos como Psicologia, Medicina e Direito. A pesquisa apresenta um enfoque descritivo através da pesquisa bibliográfica (livros e artigos científicos) e documental (documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias). Um projeto que nasce das experiências dos cursinhos comunitários, que dispõe de 100% de seus professores voluntários, que tem aprovações significativas, que mobiliza a juventude negra e quilombola e, que tem um caráter de transformação social influente nas comunidades, ao mesmo tempo, se depara com desafios que limitam os estudantes quilombolas dentre eles dificuldades de acesso devido ao transporte e evasão devido a necessidade de trabalhar para ajudar a família.

Palavras-Chave: Quilombolas. Cotas Raciais. Políticas Públicas.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e especialista em Gestão Empresarial e Marketing pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Vitória da Conquista, Bahia. Email: franleysantana@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

No Brasil existem 2.962 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão deliberado pelo Estado para analisar a veracidade das comunidades e assim reconhecê-las como comunidades remanescentes de quilombos. Na Bahia já são certificadas 736 comunidades e na região de Vitória da Conquista são 33 comunidades certificadas pela instituição federal (Jornal A Tarde, 2017). A história do Brasil é manchada por 388 anos de escravidão, e compensar tantos anos de exclusão e desigualdades não é tarefa fácil, vai exigir ações afirmativas que minimizem as diferenças socioculturais e econômicas que perpetuam na atualidade, na tentativa de garantir que negros e brancos tenham igualdade de direitos assim fortalecendo oportunidades a gerações futuras.

Em face a tantas desigualdades sociais enfrentadas pelos negros no Brasil, cabe uma análise quanto as discrepâncias no plano educacional. SANTOS (2017) cita em sua tese de mestrado dados coletados no Relatório de Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (1996) que demonstraram o atraso escolar dos estudantes negros em todas as faixas etárias com uma maior proporção de pessoas com atraso escolar: aos 14 anos, 35% dos brancos, 73% dos pretos e 65% dos pardos apresentando mais de dois anos de atraso escolar; inversamente, 28% dos brancos e apenas 6% dos pretos e 8% dos pardos não apresentaram atraso escolar.

Durante anos as comunidades quilombolas sofreram um atraso bem maior que busca ser reparado com políticas públicas como as definidas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas (2012) onde determina, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorra em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico cultural de cada uma delas. O Conselho de Igualdade Racial do município de Vitória da Conquista expôs que na Região Sudoeste existem 33 comunidades oficialmente reconhecidas como remanescentes de quilombo. De acordo a Secretaria de Educação do município 27 comunidades dispõem de escolas municipais para o acesso ao ensino fundamental.



O Território Sudoeste da Bahia possui um conjunto de aproximadamente 54 comunidades quilombolas, dentre sua população jovem, somente 400 buscam o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outros vestibulares anualmente, sendo muitos prejudicados por não conseguirem concluir o ensino médio ou até mesmo o ensino fundamental. Vitória da Conquista é a terceira maior cidade da Bahia e um polo de educação que conta com universidades públicas e privadas.

Nessa perspectiva, o Conselho das Associações Quilombolas (2006) atuando como espaço estratégico de mobilização, participação e articulação de políticas públicas, junto às comunidades quilombolas da Região Sudoeste, idealiza em 2008 uma de suas ações afirmativas: um projeto que prepare os estudantes de ensino médio oriundos de escolas públicas das comunidades quilombolas, assim nasce o “Pré-Vestibular Quilombola”. Criado em 2009, o Pré-Vestibular Quilombola tem como principal parceiro, o Governo Municipal por meio das secretarias de Desenvolvimento Social (na época, através do Núcleo de Promoção da Igualdade) e de Educação, que iniciaram as atividades do curso disponibilizando o local para a realização das aulas, o transporte escolar para os estudantes, e o suporte pedagógico para que o projeto fosse desenvolvido. Na época, firmou-se parcerias importantes com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, a Rede EDUCAFRO de Cursos Comunitários, sediada em São Paulo, com professores voluntários e lideranças das comunidades beneficiadas e do Conselho Regional Quilombola.

O objetivo do cursinho é oferecer suporte técnico-logístico e preparação para os vestibulares e o ENEM atendendo jovens negros e quilombolas residentes nas comunidades pertencentes ao Território Sudoeste da Bahia. Inicialmente as aulas eram alternadas três vezes por semana (segunda, quarta e sexta), realizadas no turno matutino (para atender as comunidades quilombolas), com a colaboração de 100% de professores voluntários. Atualmente o cursinho Pré-Vestibular Quilombola está sob a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial em parceria com a Secretaria de Educação e com o Conselho das Associações Quilombolas do Território do Sudoeste da Bahia e as aulas acontecem todos os dias, nos turnos matutino e noturno.

Há quase 10 anos, o Pré-Vestibular Quilombola já possibilitou mais de 400 aprovações de jovens negros e quilombolas em mais de 33 cursos dentre alguns concorridos como Psicologia, Medicina, Direito, Odontologia e Enfermagem, em



universidades como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Das aprovações listadas, 40 jovens quilombolas já estão formados, e destes, 06 formados em medicina e até atuando na região. Nesta década de caminhada, o Pré-Vestibular Quilombola também recebeu premiações significativas para o projeto como o Prêmio Igualdade Racial (2010), pela ONG Criar Brasil, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e, em 2015, o Prêmio Camélia da Liberdade, concedido pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). O projeto oferece um diferencial aos alunos através de uma disciplina Cidadania e Cultura Quilombola, sendo abordados temas ligados ao racismo, às ações afirmativas, às culturas, história e direitos quilombolas. Ainda existe um serviço de Orientação Profissional para seus alunos que é oferecido por voluntários atuantes na área.

Uma política pública de preparação para o ensino superior necessita considerar a especificidade dos sujeitos com os quais ela se desenvolve. Falarmos em juventude quilombola, negra e rural, é trabalhar com várias peculiaridades e especificidades conjuntas relacionadas à sua condição social e cultural. Concomitante à busca da garantia do direito à igualdade há que se desenvolver a garantia do direito à diferença, à identidade. (PASSOS, 2015).

OS DESAFIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE RACIAL

Historicamente, o Brasil é uma nação marcada por disparidades no que tange a qualidade de vida e oportunidades. O Estado deve assumir seu papel na busca de tornar mais equilibradas oportunidades e bem-estar social a sua população de forma efetiva e integrada. Segundo SILVA (2012) o desafio de amadurecimento do Estado brasileiro depende de governos e políticas públicas inovadoras que permitam a inclusão e possam contribuir para o desenvolvimento nacional.

Infere-se assim a importância das políticas públicas neste processo de execução do Estado perante a sociedade. Para SECCHI (2013) política pública deve ter a abordagem multicêntrica, pois a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura



administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”.

A partir de 1990 surgiram os primeiros avanços em políticas públicas com maior visibilidade a questão racial no Brasil, através da criação nas esferas municipais e estaduais de delegacias especializadas em crimes raciais. Para SANTOS (2017) por meio da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida (20/11/95), o governo federal construiu ações promotoras de políticas públicas destinadas ao combate ao racismo e à discriminação, tendo como efeito a criação no Ministério da Justiça do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra.

Somente em 2003, o Governo Brasileiro criou instrumentos institucionais mais persuasivos como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com objetivo de promover a igualdade racial nas políticas governamentais, propondo integração entre os ministérios e órgãos das unidades federativas na promoção e articulação de políticas de igualdade racial e a superação do racismo, e outras ferramentas como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Estatuto da Igualdade Racial e estruturação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

O sistema de cotas no Brasil tornou-se conhecido na primeira metade dos anos 2000, através da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira universidade do país a formular um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas cariocas. Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) implantou uma política de ações afirmativas para negros em seu processo seletivo, sendo a primeira instituição de ensino superior no país a utilizar o sistema de cotas raciais. A Lei Federal de Cotas (nº 12.711/12) foi instituída para garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, com abrangência para negros, indígenas, pardos e membros de comunidades quilombolas. Uma matéria do site G1 comentou sobre a Lei de Cotas e percebe-se uma avaliação positiva das medidas implementadas. Na Bahia são nove universidades públicas, entre unidades federais e



estaduais e todas aplicam a Lei Federal de Cotas e também políticas internas com outras metodologias de reservas de vagas.

A matéria cita a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que atualmente tem 40 mil estudantes. Deste total, 50% dos alunos ingressaram na instituição por meio da reserva de vagas atendendo a estudantes egressos de escolas públicas. Além disso, 25% das vagas devem ser ocupadas por pessoas com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. Em todos os casos, a UFBA destaca que deve ser respeitada a composição étnico-racial da região, que tem ampla maioria de afrodescendentes e a instituição ainda conta com outro sistema de cotas aprovado internamente, que é a reserva de duas vagas em cada curso em todas as seleções para estudantes oriundos de quilombos ou de aldeias indígenas. Importante ressaltar que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mesmo sendo a última universidade estadual a aprova as cotas na Bahia, em 2008, adotou um modelo que representa a síntese das políticas afirmativas de acesso, com reserva de vagas para escola pública e negros, e cotas adicionais para quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, sendo possivelmente a instituição pública do estado da Bahia com maior número de quilombolas matriculados.

METODOLOGIA

Para a pesquisa foram utilizadas técnicas como a análise de dados bibliográfica (livros e artigos científicos que abordem assuntos relacionados a promoção de igualdade racial) e documental (documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias e gravações do acervo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, bem como relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas do Conselho de Associações Quilombolas e do próprio Pré Vestibular Quilombola).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas são marcadas por uma ausência histórica do Estado, inclusive no acesso à educação básica. Diante deste panorama, é fato que a ausência de estudantes do campo, especificamente de comunidades quilombolas, quanto ao acesso no ensino superior é mais alta que dos negros e negras dos espaços urbanos o que torna o desafio de práticas de ações afirmativas extremamente necessário e urgente. Pensar a política pública atualmente demanda o alinhamento de fatores como a promoção da diversidade, da reparação e da igualdade.

Diante de um aparato comunitário, institucional e de aprovações significativas são inúmeros desafios enfrentados pelos estudantes do cursinho ao longo de sua caminhada como educação básica insuficiente a um ensino médio precarizado, dificuldades de acesso ao cursinho devido ao transporte oferecido de forma aleatória pela prefeitura, material didático insuficiente, auto estima baixa, necessidade de trabalhar para ajudar a família, o próprio ingresso ao ensino superior e sua permanência. A pesquisa oportunizou a discussão acerca da trajetória do Pré Vestibular Quilombola e a importância de uma determinada política pública municipal em dialogar e lutar por igualdade racial em resposta do poder público às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, pelos movimentos negros e quilombolas através do acesso de jovens negros e quilombolas ao ensino superior como bem material palpável e determinante na busca de minimizar as disparidades sociais presentes, perpetuadas no tempo passado, a serem anuladas em um tempo futuro.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **SEPPIR – Promovendo a igualdade racial: para um Brasil sem racismo**. Brasília, 2016. 125 p.

HERMES, Miriam. **Bahia lidera estados com quilombolas**. Jornal A Tarde, Bahia, 22 Jul. 2017. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MENDES, Henrique. **Sancionada há cinco anos, Lei Federal de Cotas muda a cara do ensino superior**. G1, Bahia, 07 Out. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PASSOS, F. J. **Pré-Vestibular Quilombola Vitória Da Conquista: De projeto comunitário territorial a política pública municipal de igualdade racial**. In: Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, ano V, 2015, Jequié. Anais V CBPN: UESB, 2015. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/cbpn/Anais%20VCBPN%202015.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Mais de trinta alunos quilombolas são aprovados em vestibulares de instituições públicas**. Disponível em <<http://www.pmvc.ba.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SANTOS, W.M. **Ações afirmativas na UESC: o impacto da reserva de vagas para negros no perfil dos estudantes**. 2017. 122 f. Dissertação de Conclusão de Curso (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, C. L. (org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local: Instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.